

O capitalismo afetivo, os estereótipos de gênero e a violência nas primeiras experiências afetivas dos jovens ¹

Elisa Maria Curci Grec HUERTAS²

Carla Montuori Fernandes³

Universidade Paulista, São Paulo, SP

RESUMO

Analisaremos, aqui, como as relações no capitalismo e a mercantilização do afeto reforçam as desigualdades, os estereótipos dos relacionamentos afetivos e como essas relações impactam, aumentam e naturalizam a violência no namoro, pois no capitalismo afetivo as emoções são transformadas em *commodities* e exploradas comercialmente, criando expectativas irreais sobre as relações interpessoais e aumentando as pressões sobre os jovens para se encaixarem nesses padrões, o que contribui para a violência de gênero, já que os jovens sentem a pressão de corresponder aos ideais emocionais e afetivos impostos pela cultura do consumo.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero, violência por parceiro íntimo, capitalismo afetivo.

INTRODUÇÃO

Nas sociedades ocidentais os estereótipos de gênero são construídos de forma binária e complementar, mas de forma assimétrica em termos de poder e autonomia, resultando em desigualdade. As atividades atribuídas a homens e mulheres são associadas a esferas diferentes, como trabalho remunerado e cuidados, respectivamente (Scott, 1995).

Para Oliveira et al (2023, p.9) *a violência nas relações afetivo-sexuais é produzida pelo desequilíbrio de poder entre os gêneros e forja padrões de relacionamento ancorados em desigualdades.*

Essas representações de gênero estão enraizadas na heteronormatividade contribuindo para a produção de desigualdades e violências contra o indivíduo que não corresponda a esse padrão. O sistema escolar desempenha um papel importante na reprodução dessas hierarquias, separando meninas e meninos em diferentes contextos e promovendo discriminações de gênero, raça e sexualidade, o que leva a formas de violência, como o bullying, que são reproduzidas tanto dentro como fora da escola e à violência nos relacionamentos afetivos e íntimos entre adolescentes, que também refletem essas desigualdades.

Os estudos de gênero remontam à primeira onda do feminismo, na década de 70, em que não se usava o termo gênero, mas estudos feministas, estudos femininos, ou, ainda, estudos das mulheres. A partir dos anos 90 o termo gênero passou a ser usado de forma mais abrangente, referindo-se à organização social da relação entre os sexos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do PPGCOM da UNIP-SP, mestre em Comunicação de Interesse Público pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS-SP, professora dos cursos de Publicidade e Propaganda, Marketing e Design do Centro Universitário Fundação Santo André-SP, email: elisa.huertas@fsa.br.

³ Professora do PPGCOM da UNIP-SP, email: carla.montuori@docente.unip.br

É nesse sentido que gênero passa a ser entendido como categoria de análise, visando “à aceitabilidade política desse campo de pesquisa” (SCOTT, 1995, *s.p.*). O uso do termo gênero, portanto, trouxe os estudos feministas para a academia, tornando-o de fato uma categoria de análise, uma vez que sua conotação foi considerada mais objetiva e neutra do que o termo mulheres.

Scott (1995) ressalta ainda que, nesse momento, a palavra gênero torna-se particularmente útil, pois passa a designar as relações sociais entre homens e mulheres, mulheres e homens e homens e homens, definindo as construções sociais dos papéis próprios aos homens e às mulheres, resultando em descritivos de gênero utilizados pelos historiadores para mapear um novo terreno que extrapola essas relações para temas referentes a mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero, englobando os domínios estruturais e ideológicos que implicam em relações entre os sexos.

Para Scott a definição de gênero tem duas partes: (1) é um elemento que constitui as relações sociais e baseia-se nas diferenças percebidas entre os sexos e é, também, (2) “a forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p. 86).

Enquanto constitutivo das relações sociais, são quatro os elementos que o sustentam, relacionados entre si: os símbolos culturais disponíveis que baseiam os estereótipos de gênero em representações sociais contraditórias, como Eva e Maria, em que o primeiro é sinônimo da queda da mulher e o segundo do ideal de mulher; os conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, nos quais a oposição binária de gênero é apresentada de forma categórica; as instituições sociais que fixam os papéis de gênero expressos binariamente por meio das funções ocupadas por cada um dos dois na sociedade; e, por fim, a identidade subjetiva, em que a identidade está pautada na disputa de poder e nas complexas relações da interação humana (SCOTT, 1995).

Na segunda parte da definição, enquanto elemento constitutivo das relações de poder que se estabelecem entre os sexos e na qual os papéis de gênero são os elementos primários para a construção dessas relações, essas diferenças justificam e legitimam o poder masculino sobre o feminino, como se esta fosse uma questão natural que limita a discussão a partir dos aspectos sociais (SCOTT, 1995).

Para Saffioti (2001) o gênero é a construção social do masculino e feminino. A partir dessa construção são dadas as relações intergêneros, referindo-se a indivíduos de gêneros diferentes e que se estabelecem de maneira desigual na sociedade.

No atual modelo patriarcal há a dominação-exploração das mulheres pelos homens. Esse é o modelo vigente nos últimos milênios da humanidade e, embora atualmente não se tenha, como na Roma antiga, o poder de vida e morte do patriarca sobre a mulher e seus filhos no campo da justiça, na prática os homens continuam matando, espancando, ateando fogo e deixando tetraplégicas as mulheres. O oposto, quando é visto, é infimamente menor em número de casos.

Esse fenômeno se dá em razão da hierarquia de gênero estabelecida social e historicamente, na maneira como as relações entre os sexos – ou mais especificamente entre o que é masculino e o que é feminino – foi se construindo.

Saffioti (2001) entende que o patriarcado não abrange apenas o âmbito familiar, mas atravessa a sociedade como um todo, de forma que os homens se sentem autorizados a dispor das mulheres não apenas quando estas são suas esposas, mas também quando parecem disponíveis.

O patriarcado consolidou a associação do feminino com a natureza e do masculino com a cultura, de forma que os valores e características relacionados à natureza e ao feminino precisam ser controlados pela ação da cultura masculina, de forma que os padrões de

comportamento de meninos e meninas passam a ser compreendidos como naturais, inatos, e conseqüentemente devem ser reproduzidos por estes (OLIVEIRA; FONSECA, 2019). Butler (2017) apresenta o entendimento de gênero conectado ao de sexo. Para ela, o gênero é mera construção social e está intimamente ligado ao órgão sexual, uma vez que as concepções que expressam o homem e a mulher estão relacionadas ao órgão sexual com que se nasce.

A dificuldade de separação do gênero enquanto construção social e do sexo limitado ao órgão sexual está no fato de que ainda na barriga da mãe, antes mesmo do nascimento, o indivíduo já sofre uma série de expectativas sociais sobre o que será condicionado ao entendimento de gênero, estando os conceitos condicionados na sociedade.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2017, p. 27).

A heteronormatividade é compulsória na sociedade atual e exige a coerência entre o sexo, o gênero e o desejo/prática sexual, que deve ser heterossexual, ou seja, as relações amorosas, afetivas e sexuais normais são entre pessoas em que o gênero corresponde ao sexo de nascimento e se relacionam com alguém do gênero oposto correspondente ao do sexo nascimento, também (BUTLER, 2017).

Para Butler (2017), a única maneira de desconstruir essas relações é subvertendo a ordem compulsória e desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo presente na sociedade: a heteronormatividade. “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2017, p. 43).

Louro (1997) explica que a distinção entre sexo e gênero aparece inicialmente pelas feministas anglo-saxãs, visando a rejeitar o determinismo biológico implícito no termo. Inicialmente apresenta-se como uma ferramenta política, para dirigir o foco do debate ao caráter fundamentalmente social das distinções compulsórias estabelecidas entre os gêneros e seus papéis sociais.

O intuito é colocar o debate no campo social, uma vez que é aí que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os gêneros, justificadas primordialmente pelas diferenças biológicas entre os sexos para serem legitimadas, obrigando os que se utilizam dessa justificativa a levarem em consideração as distintas sociedades e momentos históricos e culturais que influenciam essas relações (LOURO, 1997).

Bourdieu (2014) explica o fenômeno da violência de gênero a partir da concepção de violência simbólica. Para ele a dominação masculina é óbvia, não precisa de justificativa, a visão androcêntrica impõe-se de forma que não é questionada, não se faz necessário enunciá-la pois é legitimada. A máquina simbólica que legitima essa hierarquia está fundamentada na divisão social do trabalho, que atribui a cada um dos sexos papéis definidos e não questionados.

A violência simbólica institui-se nesse cenário porque o dominado concede permissão ao dominador para exercer esse papel, e a violência é aceita em decorrência da naturalização da dominação (BOURDIEU, 2014).

Essa compreensão pauta-se, historicamente, em classificações dicotômicas que estruturam as diferenças entre os sexos em um conjunto binário de oposições que organizam a cultura e operam esquemas de pensamento que se tornam universais e fundamentam a naturalização das desigualdades (BOURDIEU, 2014).

Historicamente, os estudos sobre violência de gênero e contra mulheres têm se concentrado nas relações conjugais entre adultos. No entanto, pesquisas recentes têm

mostrado que certos grupos, como adolescentes, são particularmente vulneráveis à violência (MINAYO, ASSIS, NJAINE, 2011).

Segundo Nascimento e Cordeiro (2011) é difícil identificar, evitar e enfrentar a violência nas relações pois é entendida como constitutiva das relações amorosas. Segundo Gregori (1993 apud NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011) a ideia da cena de violência teria funções na relação, servindo ao tensionamento necessário entre as forças, fenômeno presente em diferentes relações nas vidas das pessoas como trabalho, amigos e familiares. No relacionamento cumpriria a função de troca de contestações com o objetivo de dar a última palavra, no sentido de ter razão pura e simplesmente, de forma a confirmar o domínio na relação e, ainda, a tensão sexual, a preparação dos corpos para o prazer, tendo em vista que, no campo do erotismo, o imaginário é perpassado pela ideia de dominação/submissão na relação sexual, o que torna a violência parte considerada normal do namoro (GREGORI, 1993 apud NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011).

Tendo em vista essa função da violência na relação, ela passa a ser muitas vezes a mantenedora da mesma, entendida como um jogo entre o casal e muitas vezes o único canal de comunicação e diálogo, de forma que parecem procurar esse momento. Em razão disso, faz-se tão contraditória a maneira como é vivenciada e enxergada dentro do namoro: muitas vezes ocorre pelo desejo de “fundir-se” (NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011, s.p.) com o parceiro garantindo que será o único a ocupar os seus pensamentos.

A violência contra as adolescentes é um problema significativo e exige a formulação de políticas públicas específicas. Muitos casos de feminicídio estão relacionados a relacionamentos abusivos que envolvem violência psicológica, moral, sexual e patrimonial que muitas vezes começa nos estágios iniciais da relação, ainda no “ficar”.

No Brasil, a população jovem é numerosa, ocupando a 7ª posição global entre pessoas com idades entre 10 e 24 anos. No entanto, a violência, em particular os homicídios, é um problema grave enfrentado por esse grupo. As taxas de homicídio entre jovens são influenciadas por fatores como condições socioeconômicas, gênero e raça/etnia. Em 2012, cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos foram assassinados no país, sendo a maioria negra (MARTINS, 2017).

Os homicídios de mulheres e homens têm características distintas. Enquanto os homens são mais vulneráveis a mortes violentas em espaços públicos, as mulheres são frequentemente assassinadas no ambiente doméstico. A maioria dos homicídios e estupros contra mulheres é perpetrada por familiares ou conhecidos. A violência doméstica também afeta meninas e adolescentes, com agressões sendo cometidas principalmente por pais e parceiros/ex-parceiros (MARTINS, 2017).

Durante a infância, a disparidade na concentração de mortes entre meninos e meninas sugere a existência de uma forma precoce de misoginia em nossa cultura. Isso não apenas explica as violências sofridas nessa faixa etária, mas também as violências vivenciadas posteriormente em relacionamentos afetivos e íntimos com parceiros. Estudos demonstram que ter experienciado relações violentas no âmbito familiar e ter histórico de maus-tratos são fatores de maior risco para a violência conjugal (MINAYO, ASSIS, NJAINE, 2011).

O objetivo é, portanto, analisar como as relações no capitalismo afetivo e a mercantilização do afeto reforçam as desigualdades, os estereótipos dos relacionamentos afetivos e como essas relações impactam, aumentam e naturalizam a violência no namoro.

Resultados e discussão

Embora tenham ocorrido avanços significativos na produção de conhecimentos e práticas de combate à violência contra mulheres, incluindo os jovens, ainda há poucos estudos

específicos sobre a violência no namoro e nas relações casuais. No entanto, esse tema é essencial devido à prevalência de casos de violência entre jovens e à vulnerabilidade particular das meninas e adolescentes, indicando uma dimensão de gênero no fenômeno. A violência no namoro e em outras formas de relação íntima entre jovens é caracterizada como qualquer comportamento que prejudique o desenvolvimento, saúde e integridade física, psicológica ou sexual do parceiro. Ela ocorre em relacionamentos heterossexuais ou homossexuais, mas está enraizada em relações tradicionais de gênero (MINAYO, ASSIS, NJAINE, 2011).

Essa forma de violência pode se manifestar por meio de agressões físicas, como chutes, puxões de cabelo, beliscões, empurrões e tapas, além de agressões sexuais, como coerção, chantagem e práticas não consensuais. Muitos desses comportamentos ocorrem online, onde as meninas estão especialmente vulneráveis, como no caso da "pornografia de vingança", em que fotos íntimas são divulgadas sem consentimento, geralmente como retaliação após o fim do relacionamento. Esses comportamentos devem ser considerados como parte de um ciclo de violência, que tende a se repetir ao longo das trajetórias afetivas das pessoas, especialmente das meninas e mulheres, se não forem interrompidos (HUERTAS, 2020).

Existe uma cultura de violência nas relações de namoro que pode ser compreendida como um reflexo da violência doméstica vivenciada. O ciúme e a posse são elementos presentes nas representações sociais dos jovens e estão enraizados nas relações de gênero, marcadas por processos violentos de poder e subordinação (MINAYO, ASSIS, NJAINE, 2011).

Além disso, a violência no namoro pode ser entendida a partir dos padrões de socialização juvenil, que ocorrem por meio da inserção em grupos de outros jovens. Esses grupos oferecem experiências que respondem às inseguranças, dúvidas e lacunas identitárias dos adolescentes. Nesse processo, ocorre a produção e reprodução de desigualdades de gênero, raça e sexualidade, exigindo abordagens interseccionais para analisar o fenômeno (MARTINS, 2017).

A idealização dos relacionamentos, pautada especialmente no amor romântico, que generifica os papéis nos relacionamentos, impacta a percepção dos jovens. A partir do surgimento da ideia do amor romântico os cônjuges passam a valorizar o sentimento de pertencimento, renúncia e confiança completa e incondicional no parceiro. As mulheres, dentro dessa lógica, são reprimidas sexualmente e subordinadas às vontades do companheiro, tornando-se vulneráveis no relacionamento, já que este está implicado na lógica da divisão sexual do trabalho, em que o homem é provedor e traz o sustento e a mulher cuida da casa, do homem e dos filhos (LIMA; SILVA; PICHELLI, 2013).

A compreensão das dinâmicas do afeto e dos conflitos na adolescência passa pelo entendimento dos sentidos sociais do amor e da sexualidade praticados em determinados contextos históricos. Ao longo do século XX, diversas transformações, como o desenvolvimento da comunicação, o feminismo, o surgimento da pílula anticoncepcional e a disseminação do HIV, impactaram significativamente as experiências da sexualidade fenômeno (MARTINS, 2017).

O conceito de "amor confluyente" e a ideia de reciprocidade nas relações amorosas questionam a noção de amor romântico e inatingível produzida no século XVII. Atualmente, o amor está associado à felicidade e ao prazer, o que pode levar a uma inflação dos relacionamentos. Nesse contexto, o termo "ficar" é utilizado para descrever padrões comportamentais marcados por dinamismo e gratificação, e suas características parecem se encaixar com a vivência da juventude, uma fase em que a sexualidade está em destaque e os papéis sexuais estão sendo definidos (MARTINS, 2017).

A vida amorosa e sexual dos adolescentes está inserida em um contexto de busca de identidade e autonomia, e a escolha dos parceiros amorosos é vista como uma forma de aprendizado da sexualidade, que vai além da genitalidade. No entanto, o amor não é necessariamente um critério fundamental nos relacionamentos fluidos dos jovens, e fatores sociais, culturais, políticos e econômicos têm maior relevância. Essa dinâmica é considerada uma espécie de "jogo sociocultural" que envolve a aprendizagem amorosa (MARTINS, 2017).

A linguagem utilizada pelos jovens nesse contexto também é abordada, destacando que as palavras utilizadas podem denominar o mesmo ato, porém com diferentes sentidos e narrativas. Enquanto os meninos usam verbos com sentido ativo e dinâmico, como "pegar", as meninas utilizam palavras associadas à noção de passividade, como "ficar". Essas diferenças de linguagem refletem a presença das relações de gênero, em que "ficar" e "namorar" são expressões atribuídas à iniciação relacional/afetiva/sexual das meninas, enquanto os meninos mencionam o "pegar" como a primeira etapa.

A pesquisa coordenada por Minayo (2011) indica que as expectativas e interpretações em relação às relações afetivas são distintas entre meninos e meninas. As meninas relatam ter vivido mais experiências de compromisso, como noivado, casamento, namoro ou "ficar" com compromisso, em comparação aos meninos. Além disso, o número de meninas que nunca se apaixonou é inferior ao dos meninos, e seus discursos estão mais vinculados a noções de romance, enquanto os meninos destacam o desempenho sexual (MINAYO, ASSIS, NJAINE, 2011).

Capitalismo afetivo

O conceito de "capitalismo afetivo" foi desenvolvido pela socióloga Eva Illouz para descrever uma forma de organização social e econômica em que as emoções desempenham um papel central na economia e nas relações sociais. Ela argumenta que, no contexto do capitalismo contemporâneo, as emoções tornaram-se recursos econômicos valiosos que podem ser explorados e comercializados. O afeto, tradicionalmente visto como algo pessoal e íntimo, se transforma em uma mercadoria no mercado das emoções, influenciado pela cultura do consumo.

Tradicionalmente, a análise do capitalismo concentrou-se principalmente em fatores econômicos, como produção, distribuição e acumulação de riqueza, no entanto, as emoções também têm um valor econômico significativo e são inseparáveis das relações sociais e da economia, e o capitalismo afetivo busca extrair valor dessas emoções (ILLOUZ, 2011).

No capitalismo afetivo, as emoções são transformadas em *commodities*. Elas são moldadas, comercializadas e consumidas em diversas esferas da vida, incluindo o trabalho, a mídia, a publicidade, a política e as relações interpessoais. As empresas e instituições exploram as emoções humanas para promover produtos, serviços e experiências com o objetivo de criar uma conexão emocional entre os consumidores e as marcas, visando à fidelização e à maximização dos lucros.

Para Illouz (2011), o capitalismo afetivo gera uma intensificação das demandas emocionais impostas aos indivíduos, incentivados a buscar a felicidade, o amor, a satisfação emocional e a realização pessoal por meio do consumo e essa busca incessante pode levar à insatisfação, à ansiedade e à sensação de inadequação, já que as emoções são constantemente mediadas pelas lógicas do mercado.

Além disso, o capitalismo afetivo influencia a forma como as emoções são compreendidas e vivenciadas, ficando sujeitas a uma "individualização" e uma "psicologização" crescentes. Isso significa que as emoções são vistas como responsabilidade individual e

como algo que deve ser gerenciado e aprimorado por meio de terapias, autoajuda e consumo de produtos emocionalmente gratificantes, tornando a experiência emocional altamente individualizada e internalizada, afastando-se de dimensões sociais e políticas mais amplas e incentivando o consumo (ILLOUZ, 2011).

O conceito de capitalismo afetivo destaca a importância das emoções na economia e nas relações sociais do capitalismo contemporâneo, uma vez que as emoções se tornaram um recurso econômico valioso, sendo comercializadas, exploradas e moldadas para atender às demandas do mercado, implicando significativamente na forma como vivenciamos e entendemos nossas emoções, assim como nas dinâmicas sociais e nas relações interpessoais (ILLOUZ, 2011).

Illouz trata do tema, ainda, em *Happycracia – Fabricando cidadãos felizes*, juntamente com Edgar Cabanas (2022). Na nossa cultura a felicidade é não apenas desejada, mas exigida, se tornando-se um critério de avaliação do sucesso pessoal e social. Cabanas e Illouz argumentam que essa pressão resulta em uma série de efeitos negativos, como a culpa e a ansiedade, quando os indivíduos não conseguem atingir esse ideal de felicidade. A mercantilização do afeto e das emoções é tema central também pois a indústria do bem-estar — composta por terapias, coaching e produtos de autoajuda — se aproveita da vulnerabilidade humana, vendendo a ideia de que a felicidade pode ser comprada. Essa perspectiva transforma a felicidade em um produto, retirando seu caráter genuíno e transformando-a em uma meta de consumo. Outro aspecto relevante é a relação entre a busca pela felicidade e a cultura do sucesso, em que o sucesso material e a validação social se tornaram sinônimos de felicidade, criando uma competição insalubre entre indivíduos. Nessa performatividade, em que se busca incessantemente a aprovação alheia, a sensação de inadequação e descontentamento é permanente, uma vez que é impossível suprir esse imaginário.

Mercantilização do afeto e a violência na juventude

No capitalismo afetivo, em que as emoções e relações afetivas são transformadas em produtos comercializáveis, ou mercantilizadas, criam-se expectativas irreais sobre como as relações interpessoais devem ser, gerando pressões sobre os jovens para se encaixarem nesses padrões, contribuindo para a violência de gênero, já que os jovens sentem-se compelidos a se comportar de maneiras específicas para corresponderem a esses ideais emocionais e afetivos.

O capitalismo afetivo está, ainda, intrinsecamente ligado à cultura do consumo, na qual objetos, incluindo corpos, são transformados em mercadorias. Essa cultura pode promover a objetificação das pessoas, especialmente das mulheres, o que pode aumentar o risco de violência de gênero na juventude. A objetificação reduz as pessoas a meros objetos de desejo e pode levar a atitudes e comportamentos violentos.

Os ideais de masculinidade promovidos na sociedade também são influenciados quando os afetos são mercantilizados, assim, a busca por poder, sucesso, status e controle emocional pode estar vinculada a atitudes e comportamentos violentos. Jovens homens podem sentir pressão para demonstrar essas características, levando a comportamentos agressivos em relacionamentos.

Ele também pode moldar a socialização e a educação emocional dos jovens. A ênfase no sucesso individual, na competição e na autorrealização pode impactar a maneira como os jovens aprendem a lidar com as emoções e se relacionam com os outros. Uma falta de habilidades emocionais e dificuldades na expressão saudável das emoções podem contribuir para conflitos e violência de gênero.

Na juventude, quando há, entre os jovens e, em especial, entre as mulheres, um clima de rivalidade e de competição, ambiente em que o valor das pessoas é frequentemente mensurado em termos de popularidade e aceitação, essa rivalidade pode se intensificar e a competição pode gerar ciúmes, hostilidade e até agressões, tanto verbais quanto físicas. Além disso, a superficialidade das relações pode levar à desconexão emocional. Os jovens podem se sentir isolados e, como resultado, podem se envolver em comportamentos violentos como uma forma de expressar frustração ou busca por atenção. A cultura de consumo também pode levar à normalização de comportamentos violentos, vistos como "performáticos" ou até mesmo desejáveis em certas subculturas. A exposição a mídias que glorificam a violência pode influenciar a forma como os jovens lidam com conflitos e sentimentos.

As redes sociais também desempenham um papel crucial nesse processo, pois plataformas como Instagram e TikTok intensificam a comparação entre os jovens, exacerbando a pressão para se apresentar de uma maneira "perfeita", quando na realidade os relacionamentos têm muitos problemas. A necessidade de ser visto e reconhecido pode levar a ações impulsivas e agressivas, na tentativa de conquistar atenção. A violência, nesse contexto, pode ser uma estratégia de afirmação em um espaço onde a visibilidade é valorizada acima da autenticidade.

No contexto do capitalismo afetivo, a cultura do consumo e a objetificação podem desempenhar um papel decisivo na violência nos relacionamentos.

Considerações finais

A complexidade das interações entre gênero, violência e capitalismo afetivo influencia as relações afetivas dos jovens e contribui para a perpetuação de desigualdades e violências de gênero. A mercantilização das emoções e relações, como apontado por Illouz (2011), cria expectativas irreais e pressões sobre os jovens para que se conformem a padrões específicos, o que pode exacerbar comportamentos violentos e agressivos, especialmente em contextos de namoro e relacionamentos casuais.

As representações de gênero, fortemente enraizadas na heteronormatividade e na divisão social do trabalho, continuam a influenciar negativamente a vida afetiva e sexual dos jovens e a socialização juvenil, que ocorre em meio a grupos de pares, reforça desigualdades de gênero, raça e sexualidade e também contribuem para a violência no namoro, caracterizada por agressões físicas, psicológicas e sexuais, refletindo, assim as desigualdades de gênero e os padrões de poder e subordinação que ainda prevalecem na sociedade. Além disso, existem as estruturas simbólicas que legitimam a dominação masculina e perpetuam a violência de gênero.

A busca por validação e amor pode se tornar uma forma de capital social, onde as interações são mediadas por expectativas de performance e consumo. A juventude, que muitas vezes está em um processo de formação de identidade, pode se sentir pressionada a se encaixar em padrões estabelecidos pela sociedade, levando a uma superficialidade nas relações afetivas.

A mercantilização também está ligada à violência na juventude. A pressão para se conformar a certos ideais de sucesso e aceitação pode gerar sentimentos de inadequação e rivalidade, que, por sua vez, podem resultar em comportamentos agressivos. Além disso, as redes sociais, como amplificadoras dessa lógica, podem criar um ambiente tóxico, onde a competição por atenção e afeto se torna intensa.

O capitalismo afetivo e a mercantilização do afeto, por sua vez, que vêm as emoções como produtos comercializáveis, acrescentam mais uma camada à naturalização dessa

violência, já que os jovens estão mais suscetíveis e sentem mais necessidade de pertencerem.

Assim, o combate à violência de gênero na juventude passa pelo enfrentamento dos estereótipos de gênero, mas também pelo enfrentamento ao capitalismo afetivo e à mercantilização do afeto.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. São Paulo: BestBolso, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HUERTAS, E.M.C.G. Cartas contra a violência: Concepção de jogo de tabuleiro para enfrentamento da violência por parceiro íntimo a partir de uma perspectiva participativa e crítico-emancipatória. Dissertação (Mestrado profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público). Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, p. 211, 2020.

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

CABANAS, E.; ILLOUZ, E. **Happyracia**: fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu, 2022.

LIMA, F.L.A.; SILVA, E.A.A.; PICHELLI, A.A.W.S. **Amor romântico e relações afetivas: repercussões nos papéis de gênero**. In: FAZENDO GENERO 10, 2013.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, A. P. A. Violência no namoro e nas relações íntimas entre jovens: considerações preliminares sobre o problema no Brasil. **Gênero**, v.17, n.2, p. 9-28, 2017. Niterói.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (org.) **Amor e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

NASCIMENTO, F.S.; CORDEIRO, R.L.M. Violência no namoro para jovens moradores de Recife. Florianópolis: **Psicologia e Sociedade**, v.23, n.3, set-dez 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300009>. Acesso em 01 set. 2020.

OLIVEIRA, R.N.G; FONSECA, R.M.G.S. Amor e violência em jogo: descortinando as relações afetivo-sexuais entre jovens à luz de gênero. **Interface**. Botucatu, v.23, p.1-16, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v23/1807-5762-icse-23-e180354.pdf>. Acesso em 21 out. 2019.

OLIVEIRA, R.N.G; CARDOSO, J.B.F; PIRES, M.R.G.M; HUERTAS, E.M.C.G.; FONSECA, R.M.G.S. “É muito a nossa cara!” Jogo DR como produto midiático para abordagem da violência nas relações afetivo-sexuais na adolescência. **Contracampo**, v.42, n.2, Niterói, mai./ago. 2023.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**. Campinas, n.16, p.115-136, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em 02 nov. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em <https://bit.ly/2TZrgiF>. Acesso em 14 jan. 2019.